
**INTERACTION UNIVERSITY-BUSINESS AT APL OF CONFECTIONS IN THE
AGRESTE FROM PERNAMBUCO: CHALLENGES IN THE RELATION
BETWEEN THE INVOLVED GROUPS**

**INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO APL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE
PERNAMBUCANO: DESAFIOS NA RELAÇÃO ENTRE OS GRUPOS ENVOLVIDOS**

KÁTIA SIMÕES FEITOSA*

RESUMO

Este artigo se propõe a descrever as relações entre os campos e grupos envolvidos na interação universidade-empresa, tomando como base a realidade do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano e utilizando-se das aproximações entre os estudos sobre interação universidade-empresa, o conceito de campo da teoria sociológica de Pierre Bourdieu e a abordagem participativa de (re)conhecimento do território. Diante das iniciativas para promoção do desenvolvimento regional, no qual agentes de diversos grupos da sociedade, nesse caso, pesquisadores e empreendedores, de interesses não necessariamente convergentes, interagem de modo a criar novas alternativas para o desenvolvimento, acreditamos que a compreensão do *habitus* de grupo, bem como o modo com estes se relacionam um com o outro, poderá auxiliar na proposição e condução de novos projetos, de modo mais eficaz, aproveitando as potencialidades nas relações estabelecidas.

PALAVRAS-CHAVE: Arranjos Produtivos; Desenvolvimento regional; Teoria de campo.

ABSTRACT

This article aims to describe the relationships between fields and groups involved in university-business interaction, based on the reality of the Local Productive Arrangement Clothes Wasteland Pernambucano and using of approaches between the studies on university-business interaction, the field concept of sociological theory of Pierre Bourdieu and participatory approach to (re) cognition of the territory. Given the initiatives to promote regional development, in which agents of different groups in society, in this case, researchers and entrepreneurs, not necessarily converging interests, interact to create new alternatives for development, we believe that understanding the *habitus* Group as well as how they relate to one another, it may assist in proposing and conducting new projects more effectively by leveraging the potential in established relationships.

KEYWORDS: Productive Arrangements; Local Development; Field Theory.

* Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. kasife@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As recentes mudanças no contexto político e econômico mundial trouxeram à pauta de discussão a importância da participação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico, mediante o incremento das competitividades regionais.

Para alguns estudiosos, a exemplo de Evans (2004), a adoção da perspectiva neoutilitarista, no intuito de compreender e prever o comportamento das organizações governamentais e o papel do Estado, tem se mostrado insatisfatória, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, devido, principalmente, à visão extrema na qual o Estado é definido como simples agregação de interesses individuais e à crença utópica no poder do mercado como reestruturador da sociedade.

Para Evans (2004), tal realidade tem corroborado com a necessidade de considerar o papel do Estado no desenvolvimento sob uma nova perspectiva. Nela, a adoção de um papel ativista e positivo do governo, atuando de forma autônoma e ao mesmo tempo parceira das organizações privadas, pode ser um fator decisivo para o rápido crescimento industrial de uma região e seu conseqüente desenvolvimento econômico.

Sobre esse tema, Henry Etzkowitz (2009) vai mais além, quando, na abordagem da hélice tríplice, atribui o desenvolvimento econômico ao estabelecimento de parcerias entre a Universidade (instituições de ensino e pesquisa), Indústria (setor produtivo de bens e serviços) e o Governo (setor regulador e fomentador da atividade econômica), mediante produção de novos conhecimentos e inovação tecnológica. Sob essa perspectiva, a Universidade incorpora, por meio da atuação e interação de grupos de pesquisa com os atores das demais esferas ou hélices, o papel de Universidade Empreendedora, na qual elementos e organizações de intermediação são estruturadas como as firmas spin-off, incubadoras e parques tecnológicos; escritórios de propriedade intelectual e comercialização de tecnologia; redes de conhecimento; arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais; universidades corporativas, entre outros.

No Brasil, desde a segunda metade do século XX, a redução das desigualdades regionais tem participado da agenda política. O tema é previsto inclusive na Constituição de 1988, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse sentido,

Volume 4, número 1, jan./jun. 2015

tanto o Governo Federal, por meio dos seus ministérios, a exemplo do Ministério de Integração Nacional, do Ministério de Desenvolvimento, Comércio e Indústria, de forma mais abrangente, quanto os governos estaduais e municipais, de modo mais localizado, têm implantado programas voltados para a fomentação do desenvolvimento de microrregiões e dos chamados arranjos produtivos locais (APLs).

Sob essa perspectiva, destaca-se o papel da universidade na promoção e no apoio ao desenvolvimento regional, especialmente, no que se refere à criação e difusão de conhecimentos para o sistema econômico, servindo de suporte para as vantagens competitivas de certas regiões. (GARCIA et. al., 2011)

Trata-se de uma parceria na qual atuam diversos grupos de atores sociais, com o objetivo comum de promover o desenvolvimento de determinada localidade, contudo, baseados em saberes e conhecimentos diferentes.

Neste estudo, nos propomos, tomando como base o conceito de campo da teoria sociológica de Pierre Bourdieu e as perspectivas de interação numa abordagem mais participativa, a descrever dois dos grupos envolvidos nas iniciativas para promoção do desenvolvimento regional do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco, bem como a forma como cada um deles se coloca na relação. São eles: o grupo acadêmico, formado professores/pesquisadores do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco; e o grupo empresarial, formado por empresários do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano. Onde cada um destes é detentor de um *habitus*, linguagem, simbolismo, *modus operandi*, interesses, lutas e campo de atuação próprio.

Para tanto, partimos de uma revisão da literatura sobre o conceito de campo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu e sobre as perspectivas de interação numa abordagem mais participativa de conhecimento e reconhecimento do território. Num segundo momento, por meio de pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa em base de dados do IBGE sobre índices de desenvolvimento e crescimento, apresentamos uma breve caracterização do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano de modo geral, e mais especificamente das classes dos empreendedores e dos acadêmicos, partes na interação universidade-empresa. Por fim, tecemos algumas considerações sobre os desafios a serem superados na construção dessa relação de modo a torna-la mais eficaz na busca pelo desenvolvimento da região.

2. A TEORIA DE CAMPO

Ao discorrer sobre a “teoria geral dos campos”, Bourdieu afirma que:

[...] para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre texto e contexto. (BOURDIEU, 2004, p. 20)

Para esse autor (2004), entre esses dois polos, existe um universo intermediário, ao qual ele denomina de campo, onde estão inseridos agentes e instituições que produzem, reproduzem e difundem sua produção, obedecendo a leis sociais mais ou menos específicas. Trata-se de um espaço relativamente autônomo, dotado de suas próprias leis, que regulam suas transformações e limites.

Segundo Bourdieu (2004), todo campo comporta relações de força e de dominação. Os agentes criam o espaço, e este só existiria pelas relações objetivas entre aqueles.

Destaque-se ainda que cada campo apresenta uma forma específica de capital, “que pode existir no estado objetivado, em forma de propriedades materiais, ou, no caso do capital cultural, no estado incorporado, e que pode ser juridicamente garantido” (BORUDIEU, 1989, p.134), e o seu acúmulo vai interferir nas relações de poder e posições dos agentes dentro de cada campo e em relação aos demais.

Bourdieu entende ainda que:

[...] compreender a gênese social de um campo, e aprender a necessidade específica da crença que o sustenta, o jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair o absurdo do arbitrário e do não [...] (BOURDIEU, 1989, p. 69).

Tomando o campo econômico como exemplo, onde as empresas seriam os agentes, a empresa de grande porte influencia todo o espaço econômico conferindo-lhe esta ou aquela estrutura. É a “estrutura das relações objetivas” entre os agentes, mais precisamente, a posição que eles ocupam nessa estrutura que orienta suas tomadas de posição (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Da mesma forma que as ações de uma grande empresa “dominante” influenciam as demais, no campo intelectual, no que concerne à pesquisa científica, os pesquisadores e pesquisas dominantes definem, num dado momento do tempo, o conjunto de questões sobre as quais os demais pesquisadores vão concentrar seus esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004)

Outro ponto destacado por Bourdieu (2004) é que os agentes sociais não são partículas passivas às forças do campo. Eles apresentam disposições adquiridas com o tempo e suas experiências sociais, maneiras de ser permanentes que podem levá-los a resistir ou opor-se às forças do campo, o que o autor denomina de *habitus*. Trata-se, não só do indivíduo, mas das estruturas relacionais no qual ele está inserido, o que envolve as dimensões material, cultural, simbólica, entre outras.

Sobre isso, Prado (2011) destaca ainda que, sob a ótica de Bourdieu, os sujeitos são agentes sociais ativos, dotados de senso prático, de um sistema adquirido de preferências, de “gostos”, de estruturas cognitivas duradouras e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. Não devendo, portanto, ser considerado reflexo ou consequência mecânica dos condicionamentos e coerções sociais, como também, os grupos não devem ser entendidos como blocos antagônicos, homogênicos e estáticos, de modo que acordos e negociações de significados podem existir.

2.1 RELAÇÕES ENTRE O CAMPO CIENTÍFICO E O CAMPO ECONÔMICO

Na relação universidade-empresa, é possível observar a existência e atuação de dois campos importantes: o científico e o econômico.

No que se refere ao campo científico, Bourdieu (2004) afirma que é preciso escapar às alternativas da ciência pura, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da ciência escrava, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico, como mundo social, interage interna e externamente, sendo sua autonomia mensurada pelo poder de refração às imposições externas.

Assim, sob a perspectiva apresentada por Bourdieu (2004), tanto o universo da ciência, quanto o universo econômico estão submetidos às relações de força, concentração de capital e poder, até mesmo de monopólio, estando submetidos às relações sociais de dominação que

implicam uma apropriação dos meios de produção e reprodução. Ainda para esse autor, por meio da teoria geral da economia dos campos “é possível descrever e definir a forma específica de que se revestem em cada campo, os mecanismos e conceitos mais gerais (capital, investimento, ganho) [...]”, evitando assim os reducionismos (BOURDIEU, 1989, p.69).

De modo que o campo científico, como todos os outros campos, possui um capital próprio que determina a forma como os jogos acontecem e a posição dos agentes em cada relação.

Outro ponto destacado por Bourdieu (2004) é que, além do capital científico, a atividade científica também implica um custo econômico, e o grau de autonomia de uma ciência depende do grau de necessidade de recursos econômicos que ela exige para se concretizar e do grau em que o campo é capaz de impor sanções positivas ou negativas.

Um dos grandes paradoxos do campo científico é que o mesmo deve sua autonomia ao financiamento pelo Estado que é capaz de sustentar uma produção que não está submetida à sanção imediata do mercado. Contudo, isso faz com que se estabeleça uma relação de dependência entre os campos científicos e o Estado, e este, ao passo que pode assegurar as condições mínimas de autonomia, também pode impor constrangimentos e assumir o papel de transmissor das pressões das forças econômicas. (BOURDIEU, 2004)

Nesse sentido, como afirma Bourdieu (2004) um dos problemas a se resolver, no tocante à passagem da invenção à inovação, é o da comunicação entre o campo científico e o campo econômico. Os desafios e os fins desses campos não são os mesmos, os agentes de cada campo têm filosofias de vida diferentes, até opostas e, portanto, “geradoras de profundos mal-entendidos: de um lado, a lógica da luta específica, interna ao campo; de outro, a pesquisa do lucro, da rentabilidade [...]”. (BOURDIEU, 2004, p.54).

3 A ABORDAGEM PARTICIPATIVA DE MAPEAMENTO

Ao considerarmos o processo de interação U-E, uma das opções que se apresenta no sentido de resolver o problema de comunicação entre os campos e grupos envolvidos seria a utilização de uma abordagem participativa de mapeamento que envolvesse os diversos grupos presentes nessa relação na compreensão e construção do território, principalmente devido à alta capacidade das ferramentas disponíveis e ao seu alcance cada vez maior aos diversos grupos sociais.

Estudos na temática sobre cartografia afirmam desde os primórdios da humanidade, a produção de mapas serve a um propósito de dominação, o de servir como ferramenta de domínio, territorial, econômico ou político, conforme o interesse, ou interesses, de determinados grupos sociais, geralmente aqueles que se encontram no topo da pirâmide. (FREIRE; FERNANDES, 2010)

Nesse ponto, a teoria de campo de Bourdieu, e os estudos desenvolvidos na vertente da cartografia social se aproximam, uma vez que ambos preveem uma relação de dominação, entre campos e atores, mas ao mesmo tempo concordam que é possível um diálogo, uma aproximação entre os mesmos, de modo que essa relação se torne, se não mais equilibrada, ao menos, mais convergente no que se refere à compreensão e ao atendimento dos interesses dos diferentes grupos.

Freire e Fernandes (2010, p.16) afirmam que, apesar dos altos custos das técnicas e ferramentas de mapeamento, com a popularização da microinformática a partir da década de 1980, “observou-se a ampliação do número de usuários das chamadas geotecnologias” que passou a atingir grupos sociais que ocupam a base da pirâmide econômica e política, tornando possível a esses grupos, por meio de oficinas de mapas se afirmarem espacialmente e legitimarem suas reivindicações.

Apesar da motivação capitalista, o progresso técnico gerou ferramentas de cartografia que podem ser utilizados por grupos sociais historicamente mais frágeis na produção de conhecimento sobre sua existência, cultura e território, a partir de interesses próprios, possibilitando a construção de uma nova perspectiva de empoderamento para esses grupos. (FREIRE; FERNANDES, 2010)

Para Acselrad e Coli (2008, p. 14) a disseminação social dos mapas, decorrente das mudanças ocorridas no final do século XX, tem gerado múltiplos efeitos, “desde a multiplicação democratizante das formas de interpretar o mundo, até o acirramento de mecanismos autoritários de controle”.

Tomando como referência o campo da produção cartográfica, o “subcampo” da “cartografia participativa”, também conhecido como “cartografia social”, se propõe a incluir populações locais no processo de produção de mapas, acrescentando legitimidade a esses grupos na disputa cartográfica e nas suas reivindicações. (ACSELRAD;COLI, 2008)

Volume 4, número 1, jan./jun. 2015

Essas práticas usualmente têm envolvido instituições como agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras, em um tipo de mapeamento que combina métodos de pesquisa participativa com tecnologias como os SIG¹ (Sistemas de Informação Geográfica), dos GPS (*Global Positioning Systems*) e do sensoriamento remoto. As tecnologias empregadas vão desde versões mais simples, onde os mapas tridimensionais são pintados à mão, pelos membros das comunidades que representam áreas com vegetação, estradas, lugares povoados, fronteiras. Até versões que utilizam técnicas geomáticas e ferramentas mais sofisticadas como os SIG, que permitem aos membros da comunidade decidir o que deve ser representado, porém a execução é feita pelo pessoal externo a comunidade, detentores do conhecimento técnico e responsáveis pelo registro dos dados no computador (ACSERALD; COLI, 2008).

No Brasil, em 2008, foram identificadas 118 experiências envolvendo grupos indígenas, comunidades quilombolas, pequenos produtores extrativistas, membros de associações de moradores urbanos destinadas à delimitação de territórios e territorialidades identitárias, à discussão sobre o desenvolvimento local, à oferta de subsídios aos planos de manejo em unidade de conservação, à promoção do etnozoneamento de terras indígena, à educação ambiental, ao planejamento urbano, entre outros².

Sobre a utilização dos SIG nos mapeamentos participativos, Joliveau (2008) entende que, devido a sua capacidade analítica e a gestão de dados multitemáticos, os SIGs permitem

[...] uma cartografia precisa e complexa bem adaptada a uma reflexão operacional sobre a gestão do território. Este seria o único tipo de cartografia que poderia dar aos atores locais um domínio do processo de desenvolvimento. (JOLIVEAU, 2008, p. 46)

Contudo, apesar dos projetos já desenvolvidos, há quem afirme, a exemplo de Harley (1995, apud JOLIVEAU, 2008, p. 50), que “jamaiz existiu uma cartografia popular, alternativa, ou subversiva”. Os mapas são formas de saber e de poder que sempre estiveram

¹ Acseiral e Coli (2008) definem o SIG como “um sistema computadorizado projetado para coletar, armazenar, gerenciar e analisar as informações com referências sobre espaços geográficos e dados associados de atributo.”

² Fonte: Projeto “Experiência em Cartografia Social”, IPPUR/UFRJ, 2008.

ao lado dos grupos dominantes, e a tecnologia da informação só veio reforçar essa concentração de poder.

Sieber (2006, apud ACSELRAD; COLI, 2008), por sua vez, questiona a atribuição do potencial de aumentar ou limitar a participação pública na formulação de políticas, empoderar ou marginalizar membros de uma comunidade, fazer avançar ou recuar princípios democráticos, a um simples software, sem levar em conta o contexto sociopolítico.

Para a autora (2006), embora a aplicação social dos SIG venha chamando a atenção de pesquisadores de disciplinas diversas e seu uso venha sendo promovido por membros do setor público e privado, como “instrumento de capacitação e mudança social”, essa ferramenta pode ser considerada mais um instrumento de controle de capital e vigilância governamental. O uso da tecnologia geraria uma ilusão do controle sobre a tomada de decisões, visto que o controle permaneceria com os grupos dominantes, e esta seria apenas uma forma de afastar os questionamentos sobre a estrutura mais geral de formulação de políticas e distribuição de poder.

Colchester (2002, apud ACSELRAD; COLI, 2008) acrescenta ainda que, embora se trate de uma ferramenta poderosa, as especificidades técnicas dos SIG podem prejudicar o controle comunitário e sentido de propriedades sobre os mapas, causando divergências entre as ONGs e as comunidades sobre quem são os verdadeiros “donos dos mapas”. Outro ponto questionado pelo autor é a capacidade destas produções de envolver de fato todos os grupos pertencentes à comunidade (minorias, grupos em situação social subalterna, comunidades vizinhas e interligadas).

Além do desafio de fortalecer a relação participativa, aliando conhecimento técnico ao conhecimento popular, deve-se levar em consideração que nesse processo, os atores estão diretamente associados ao território, numa relação de transformação mútua.

Sobre essa interação, Joliveau (2008) afirma que o planejamento participativo se destina não somente a pensar o futuro do território, na verdade, trata-se de um processo de construção contínua pelos atores locais, ao mesmo tempo em que estes se inserem em redes que ultrapassam o território. Trata-se de uma atividade de alta intensidade de informação, na qual a dicotomia entre comunicação e gestão técnica do território tende a ser superada, visto que a informação circula entre leigos, especialistas técnicos e comunicadores. O resultado disso é um mapa que este autor denomina de *in progress*, em constante processo de construção, jamais fechado.

Ainda para Joliveau (2008), o confronto entre os saberes locais, concretos e pragmáticos dos atores de terreno, e os tratamentos espaciais, sistemáticos e abstratos, pode gerar uma melhor compreensão dos fenômenos que transformam o território.

4 GRUPOS ENVOLVIDOS NA INTERAÇÃO U-E

Considerando o papel das instituições de ensino e pesquisa, no que concerne a difusão do conhecimento e de criação novas tecnologias, nesse caso específico, o papel da Universidade Federal de Pernambuco prevista no Plano de Melhoria da Competitividade dos APLs - PMC (BID/BR-L1020, 2009) como entidade parceira na execução das ações voltadas para o APL de Confecções pernambucano. Dados os objetivos e a visão de futuro deste APL resumidos nesse mesmo Plano como a busca por maior competitividade e, por conseguinte, melhor posicionamento no mercado de moda brasileiro e inserção no mercado global. Faz-se necessário compreender os grupos e interesses envolvidos nas parcerias estabelecidas entre empresas e instituições de ensino/pesquisa, dado o papel que estas podem assumir como fonte de conhecimento para as atividades de inovação pelas empresas locais. Mais especificamente, como conciliar o interesse de dois campos de atuação distintos de modo a tornar essa interação mais eficaz.

Para tanto, nas próximas seções apresentaremos uma breve caracterização do APL de Confecções, bem com dos agentes envolvidos nessa relação.

4.1 O APL DE CONFECÇÕES DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

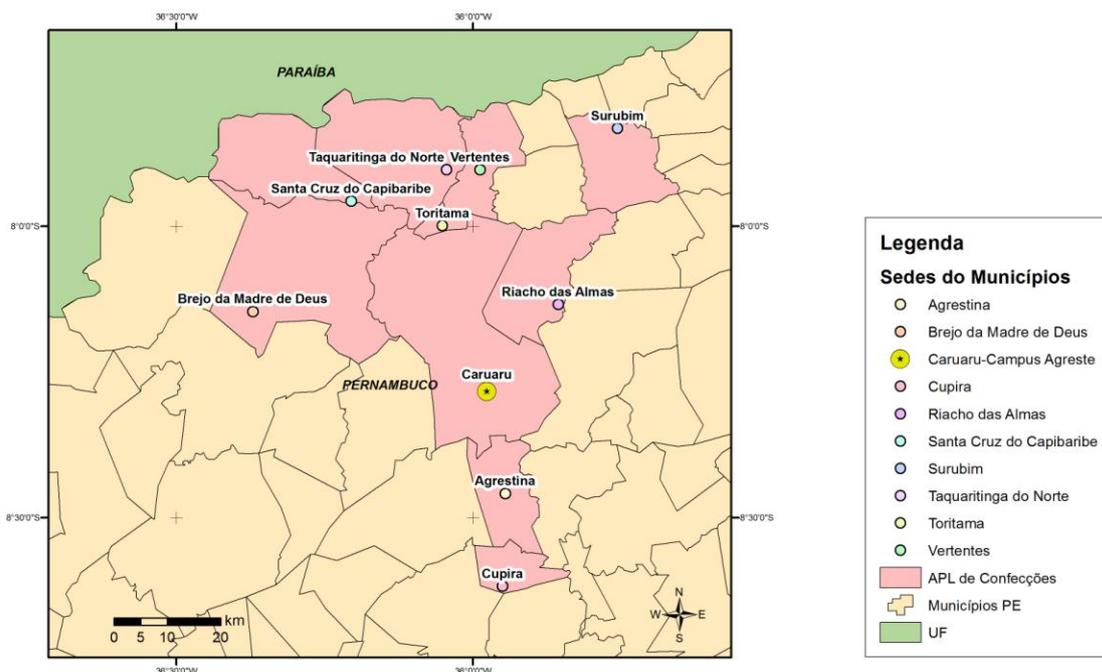
O negócio do APL de Confecções Pernambucano pode ser definido como o de confecções que atendam ao mercado regional, em evolução para fornecimento ao mercado de moda e qualidade em âmbito regional, nacional e internacional. Ressalte-se que essa definição representa um estágio na evolução do APL, uma fase de transição entre o negócio original de confecções de baixo custo, voltada para um mercado regional, apontando para a consolidação e desenvolvimento no mercado de moda e qualidade em âmbito regional, nacional e também

internacional, através de um movimento de exportação de produtos já em curso (BID/BR-L1020, 2009).

Segundo estudo econômico desenvolvido pelo SEBRAE (2013), o Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco é formado pelos municípios de Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes³.

Mapa 1 - Municípios que formam o APL de Confecções do Agreste Pernambucano - Polo 10.

Municípios que compõem o APL de Confecções do Agreste Pernambucano



Fonte: SEBRAE (2013). Elaboração própria

³ Em sua classificação o Sebrae-PE optou por limitar o estudo sobre o arranjo a esses dez municípios por razões administrativas, mas reconhece que existe atividade produtora de confecções com intensidade relevante em outros locais de Pernambuco. Em “Termo de Referência” elaborado em 2009 pela instituição, 18 municípios (nem todos do Agreste) eram listados como aqueles em que deveria ser aplicada a então projetada pesquisa de campo. Além dos dez mostrados no mapa abaixo, seriam incluídos, Belo Jardim, Gravatá, Abreu e Lima, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Recife e Paulista. Outros estudos apontam Passira e Pesqueira, ambos no Agreste, como lugares onde também já existiriam concentrações significativas de produtores de confecções. Para mais informações sobre essa classificação consultar LIRA, S. M. *Muito além das feiras da Sulanca: A produção de confecções no Agreste/PE*. Recife, Editora Universitária UFPE, 2011.

Destacam-se no arranjo os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru – cidades pioneiras na atividade de confecção, como núcleo do Polo, cujo produto interno bruto responde por 77% do PIB e sua população representa 66% do conjunto dos municípios citados (SEBRAE, 2013).

A concentração de produtores de roupas nessas cidades começou a ser observada, principalmente, na segunda metade do século XX (BEZERRA, 2004).

Durante algum tempo, o produto fabricado na localidade era chamado de “sulanca”, devido à baixa qualidade do produto, inicialmente confeccionado mediante o aproveitamento de retalhos de tecido, em pequenos “fabricos”, acomodadas nas residências dos próprios produtores, cuja mão de obra era basicamente familiar.

O modelo sobre o qual se estruturou o Polo de confecções inclui entre suas características a predominância quase absoluta de micro e pequenos empreendimentos; a divisão do trabalho produtivo entre empresas e facções – designadas pelo SEBRAE (2013) como “empreendimentos complementares”; a alta incidência da informalidade; e a produção majoritária de artigos de consumo popular.

A Tabela 1 mostra que em 2010, os dez municípios estudados tinham população total de pouco mais de 650 mil habitantes (7,4% da população estadual de 8,8 milhões). Considerando a população entre os anos de 2000 e 2010, observa-se um crescimento de 25,5% da população total destes mesmos municípios. (SEBRAE, 2013)

Tabela 1 – Crescimento Populacional 2000-2010

Unidade Geográfica (Município, Estado, Região, País)	População 2000	População 2010	Crescimento Populacional 2000-2010 (%)
Agrestina	20.036	22.679	13,2
Brejo da Madre de Deus	38.109	45.180	18,6
Caruaru	253.634	314.912	24,2
Cupira	22.383	23.390	4,5
Riacho das Almas	18.142	19.162	5,6
Santa Cruz do Capibaribe	59.048	87.582	48,3
Surubim	50.331	58.515	16,3
Taquaritinga do Norte	19.757	24.903	26,0
Toritama	21.800	35.554	63,1
Vertentes	14.957	18.222	21,8
Total POLO-10	518.197	650.099	25,5
Marcos de comparação			

Brasil	169.872.856	190.755.799	12,3
Nordeste	47.782.487	53.081.950	11,1
Pernambuco	7.929.154	8.796.448	10,9

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010. Elaboração própria

No que se refere ao produto interno bruto, em 2009, a soma dos municípios alcançava R\$ 3,9 bilhões, ou 5% do PIB de Pernambuco (R\$ 78,4 bilhões, no mesmo ano). Considerando os anos entre 2000 e 2009, o seu PIB conjunto se expandiu 56%⁴ (SEBRAE, 2013).

Apesar do desempenho econômico dos últimos anos, classificado pelo SEBRAE como “extremamente exitoso”, acima das médias estadual, regional e nacional, no que se refere à educação os números não são tão animadores.

A Tabela 2 vai mostrar que, enquanto no Recife, a incidência de analfabetos na população total é de 7%, nos 10 municípios que compõem o APL de Confecções, esse índice está acima dos 15%. Destaque negativo para Riacho das Almas, com 35% de analfabetos, seguido de Agrestina, Brejo da Madre de Deus e Cupira, onde a percentagem dos que não sabem ler supera os 30%. Dentro do APL, os melhores resultados neste indicador, porém ainda muito aquém de uma boa média, são os de Caruaru (16%), Santa Cruz do Capibaribe (16%) e Toritama (21%).

Tabela 2 – Taxas de Alfabetização Ano 2010

Unidade Geográfica (Município, Estado, Região, País)	População total (pessoas) – Ano 2010	Pessoas de 15 anos ou mais de idade (pessoas) - Ano 2010	Pessoas de 15 anos ou mais de idade analfabetas (%) – Ano 2010
Agrestina	22.679	16.571	32,4
Brejo da Madre de Deus	45.180	31.963	32,3
Caruaru	314.912	236.846	15,6
Cupira	23.390	17.285	30,7
Riacho das Almas	19.162	14.342	34,5
Santa Cruz do Capibaribe	87.582	64.222	16,0
Surubim	58.515	43.683	24,9
Taquaritinga do Norte	24.903	18.322	22,9
Toritama	35.554	25.442	20,6
Vertentes	18.222	13.435	24,4
Total POLO-10	650.099	482.111	20,1
Marcos de comparação			
Brasil	190.755.799	144.823.504	9,6

⁴ Variação total do PIB a preços constantes.

Nordeste	53.081.950	38.977.259	19,1
Pernambuco	8.796.448	6.539.679	18,0
Recife	1.537.704	1.215.782	7,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010. Elaboração própria

Segundo o SEBRAE (2013) esses números poderiam ser interpretados sob duas perspectivas. Na primeira, a geração de renda cria, aos poucos, mais demanda por educação, que se reflete na criação de mais vagas no ensino público e privado. Isso ocorreria mesmo que a qualificação da mão de obra seja considerada como dispensável para a manutenção e expansão da produção de confecções.

No sentido inverso, o aumento da produção e a demanda por produtos de melhor qualidade faz com que as empresas passem a exigir trabalhadores mais capacitados e qualificados. (SEBRAE, 2013)

Considerando a primeira possibilidade, é visível, em nível nacional, o aumento de investimentos em políticas públicas voltadas direta ou indiretamente para a educação. A política de interiorização do ensino superior, concretizada nessa região pela implantação do Campus Agreste da UFPE, é um exemplo delas. Além disso, o número de escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, também aumentou. Caruaru, por exemplo, conta também com um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Considerando que o obstáculo seja o custo da educação, as políticas de Cotas e programas como o Bolsa Família, o Reuni, também contribuem para o acesso e permanência nas instituições de ensino superior, de pessoas pertencentes às camadas com menor renda.

Contudo, apesar dos avanços nessa área, segundo o SEBRAE (2013) não é possível afirmar que a oferta está suprindo a demanda, especialmente no que se refere à educação básica.

No que tange a segunda perspectiva, o fato é que, a ideia de que a educação escolar é desnecessária a obtenção de renda financeira povoa o imaginário popular dessas cidades.

Durante muitos anos, e ainda hoje, é possível observar no comportamento de indivíduos que abandonam a escola ainda nos primeiros anos para trabalhar na “feira”, inicialmente, para contribuir com o aumento da renda familiar, mas com o passar do tempo, ao perceber o êxito financeiro dos pioneiros naquele tipo de negócio, como forma de enriquecer mais facilmente.

Tomando como exemplo o município de Santa Cruz do Capibaribe, o mesmo foi pioneiro na produção de confecções na região, embasado no conhecimento acumulado de forma puramente empírica, durante o curso da evolução dessa atividade. (BEZERRA, 2004)

A partir dos anos 1990, algumas empresas passaram a buscar a profissionalização de suas organizações, principalmente junto a organizações como o SEBRAI, SENAC, SENAI de modo que, atualmente, a cidade é considerada a maior produtora de confecções de Pernambuco, contudo, ao lado dos altos números relacionados à produção, tem-se que mais de 60% dos empregados encontram-se as margens do mercado formal (CORDEIRO, 2011).

Trata-se de um território dominado por empresas pequenas, informais, familiares, administradas pelos proprietários. Estima-se que o número total de unidades produtivas (empresas e empreendimentos complementares) nos municípios do Polo é de 18.803, sendo que destas 15.138 são informais e 3.665 são formais, numa relação aproximada de 4 para 1. Trata-se de um número bastante elevado, não obstante os esforços destinados à fiscalização tributária, trabalhista e ambiental, e o melhor tratamento fiscal dado ao setor, por meio de leis e decretos federais e estaduais. A alta informalidade é um dos mais importantes fatores que interferem no crescimento da produção de confecções no Agreste pernambucano, “até hoje, o Polo tem vivido e se expandido, em grande medida, porque paga poucos impostos e, menos ainda, direitos e obrigações trabalhistas.” (SEBRAE, 2013, p.54).

É importante citar que estudos como o do SEBRAE (2013) não englobam como unidade produtiva as lavanderias, os escritórios independentes que prestam serviços essenciais ao longo do processo produtivo, as representações comerciais de compradores de outros estados, lojas de varejo ou de atacado, oficinas de reparos de máquinas, restringindo a avaliação aos produtores “*strictu sensu*” de confecções.

De fato, para um mapeamento e posterior avaliação do território, especialmente no que se refere aos impactos dos modos de produção sobre o meio ambiente, essas unidades são fundamentais.

As lavanderias são um bom exemplo disso. Os índices de poluição do Rio Capibaribe, que banha algumas das cidades do Polo-10, são muito altos, em virtude dos despejos das lavanderias de jeans. De modo que, em 2005, o Ministério Público promoveu uma série de ações visando à regularização ambiental das lavanderias de Toritama.

Não incluir esses segmentos nos monitoramentos e avaliações é desprezar questões que estão intrinsecamente ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável.

Aliado ao fator ambiental, a informalidade, a baixa qualificação (e, conseqüentemente, baixa remuneração) da mão de obra do Polo de Confecções, “ao mesmo tempo em que tem garantido vantagens competitivas temporárias, representa uma ameaça à sua sustentabilidade de longo prazo.” (SEBRAE, 2013, p.55)

Nesse contexto, as empresas de maior porte, administrativa e legalmente estruturadas, se tornam referência para as empresas menores. Elas são responsáveis também por alavancar as demais, por meio do efeito de transbordamento.

Assim, um dos grandes desafios de uma parceria universidade-empresa está na capacidade desta alcançar as pequenas empresas, os “empreendimentos familiares”.

Percebe-se nas ações dos agentes pertencentes a esse grupo, influência dos saberes herdados, a presença da ideia de um “empreendedorismo nato”, no qual o estudo, o acesso ao ensino secundário ou superior e as chances de ser bem sucedido economicamente nem sempre são entendidos como função direta um do outro. Uma visão que privilegia fortemente o acúmulo de capital econômico.

Na melhor das hipóteses, considera-se, como coloca o SEBRAE (2013), que o aumento da produção e a sofisticação dos produtos que se pretende confeccionar exige que as empresas contem com trabalhadores mais capacitados, seja para o manuseio e domínio de novas tecnologias e ferramentas, seja para ler instruções simples. Mas mesmo assim, nota-se aí, ainda, uma visão puramente economicista, onde a educação serve como meio para tornar o indivíduo mais produtivo, e a maior produtividade, por sua vez, se reverte em maior renda. Esse conceito, presente na teoria do capital humano:

[...] ignora, dentre outras coisas, que o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social – também herdado - que pode ser colocado a seu serviço (BOURDIEU, 2008, p. 74).

Nesses exemplos, generalizações não são possíveis nem permitidas, mas o fato é que trata-se de um pensamento arraigado, cuja mudança é vista pela sociedade e pelos representantes do governo como um dos grandes desafios na consolidação do APL e na busca

por um desenvolvimento socioeconômico sustentável para a localidade. Nesse contexto, a participação da universidade, nesse caso, da UFPE, é tida como de fundamental importância.

4.2 O CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

O Centro Acadêmico do Agreste foi o primeiro campus da Universidade Federal de Pernambuco, no interior do estado. Foi inaugurado em março de 2006, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado⁵.

Na escolha do município de Caruaru para a instalação, foi considerada sua relevância no contexto atual da região do Agreste, que possui como principais características: cadeias e arranjos produtivos predominantes nas áreas da confecção e da agroindústria, e principal centro de serviços e negócios e de distribuição de mercadorias. Atualmente, o Campus Agreste oferta 10 cursos de graduação: Administração, Design, Economia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Pedagogia, licenciaturas em Física, Matemática, Química e Intercultural Indígena; 04 programas de pós-graduação: Economia, Educação Contemporânea, Engenharia Ambiental e Civil e Engenharia de Produção.

Além disso, o Centro conta com laboratórios Integrados de Ciência e Tecnologia, onde são desenvolvidos projetos de pesquisa e extensão e a formação continuada, de modo a contribuir positivamente no atendimento às demandas da região, interiorizando o conhecimento científico, preparando a população para o desenvolvimento adequado das atividades produtivas por ela assumidas e incentivando iniciativas que venham garantir melhores condições de vida.

O corpo docente do Campus Agreste é atualmente composto por cerca de 220 docentes entre mestres, doutores e pós-doutores, especializados nas mais diversas áreas de conhecimento.

Trata-se de indivíduos que, de modo geral, dedicaram vários anos à carreira acadêmica, ao ensino e à pesquisa. Para quem a educação escolar, a especialização em determinada área do conhecimento científico são de fundamental importância na composição de seu capital.

⁵ Fonte: UFPE. Centro Acadêmico do Agreste. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/caa/>> Acesso em Jan. 2014

Que, nesse caso, além do valor econômico, dados os benefícios monetários ou diretamente conversíveis em dinheiro decorrentes dos estudos e proporcionais ao tempo dedicado a este, poderia se dizer que possui até mais valor simbólico.

O título profissional ou escolar é uma espécie de regra jurídica de percepção social, um ser-percebido que é garantido como um direito. É um capital simbólico institucionalizado legal (e não apenas legítimo). (BOURDIEU, 1989, p.148).

Assim, as relações entre os agentes pertencentes a esse “universo”, se dão principalmente mediante o acúmulo de capital científico – espécie do capital simbólico fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento - consiste no reconhecimento de uma competência, atribuído pelo conjunto de pares no interior do campo científico, proporcionando autoridade ao reconhecido e contribuindo para a definição das regras do jogo. (BOURDIEU, 2004).

Considerando as características do campo econômico e do campo científico, bem como os grupos de interesse aqui representados, têm-se que a interação é possível e desejável. Contudo, como afirma Bourdieu (2004), para levar adiante uma política que visa desenvolver as vantagens competitivas potenciais de uma instituição, nesse caso, de uma região, dever-se-ia trabalhar, ao mesmo tempo, a acentuação das diferenças das funções e das estruturas que as servem, bem como “a integração dos diferentes agentes e instituições num projeto coletivo comum, mediante uma organização sistemática da circulação de informação - seminários comuns, projetos de pesquisa que integrem os aspectos invenção e inovação [...]”.(BOOURDIEU, 2004, p.60)

Nesse sentido, o conhecimento científico e o conhecimento popular devem encontrar formas de dialogar, trabalhando de forma cooperativa, de modo que um campo não subjugue o outro.

Conforme os estudos sobre a abordagem participativa, observamos que o confronto entre os saberes locais, concretos e pragmáticos dos atores de terreno, e os tratamentos espaciais, sistemáticos e abstratos dos técnicos e especialistas são necessários a uma melhor compreensão dos fenômenos que transformam o território.

Vale salientar alguns aspectos importantes no qual essa comunicação pode vir a esbarrar. Além das limitações impostas pelas diferenças de *habitus* inerentes aos agentes de cada campo e dos conflitos de interesse aí representados, a linguagem pode limitar o alcance da comunicação, dado que o campo científico se apodera da linguagem formal que para os empreendedores locais, devido aos índices de baixa escolaridade, as práticas e saberes herdados, pode ser vista com desconfiança numa tentativa de aproximação, ou ainda como um discurso vazio, quando os interesses são muito contrários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais, entendemos que, como bem observou Bourdieu, trata-se de um desafio, estabelecer uma comunicação entre o campo econômico e o campo científico, nesse estudo, representados pelo grupo de docentes/pesquisadores do CAA e pelo grupo de empreendedores do APL de Confecções do Agreste Pernambucano, respectivamente. Especialmente se considerarmos o grau de importância atribuída por cada um deles aos diferentes tipos de capital, advindos da herança cultural, do *habitus* dos agentes em cada um desses campos. É possível constatar a ausência de uma ponte para harmonizar a relação entre a universidade, que produz conhecimento, e o mercado que coloca a teoria em prática, por meio da produção.

Trata-se de valores opostos, linguagem e *modus operandi* distintos. Se por um lado os agentes do campo científico, aqui representados pelos acadêmicos, consideram o capital simbólico adquirido ao longo dos anos dedicados aos estudos, como forma de poder certificada e legitimada, para além do retorno financeiro que este possa trazer. Do outro lado, os agentes do campo econômico, aqui representados pelos empreendedores, priorizam o acúmulo de bens materiais, a aquisição de renda, o retorno financeiro como forma de se impor entre os demais agentes pertencentes ao seu campo, onde a educação formal não é entendida como fundamental para essa ascensão social, mais vale o pragmatismo, o empirismo.

As necessidades do APL de Confecções, na busca por consolidação, competitividade de forma sustentável são evidentes. Embora as empresas já algum tempo apresentem o interesse de fomentar o desenvolvimento de forma estruturada, é sentida a falta da

Universidade/Academia, nesse caso específico da UFPE, por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão, nesse processo, principalmente por meio da pesquisa aplicada.

Salientando que, além das pesquisas quantitativas, as pesquisas qualitativas, que partam de uma maior observação e participação dos diversos grupos envolvidos são de fundamental importância para a percepção mais aprofundada sobre a realidade dessas localidades, incluindo para além dos aspectos econômicos e financeiros, aspectos antropológicos, ligados aos costumes, cultura e formação da sociedade e das formas de produção que vem se desenvolvendo nessa região ao longo dos últimos 40 ou 50 anos.

Nesse sentido, as ferramentas utilizadas devem deixar de atender aos interesses exclusivos de determinados grupos, sejam eles econômicos, políticos, territoriais. Os grupos menos privilegiados devem ser inseridos nessa construção, de modo que seus interesses sejam compreendidos e legitimados.

Considerando a abordagem participativa de mapeamento como uma opção de fortalecimento dessa relação, como um processo contínuo de percepção e apreensão do local e do global, uma vez que não pode ser dissociada do contexto político-econômico, vemos aqui que trata-se não apenas de tornar as ferramentas de produção acessíveis a esses grupos, uma vez que sem o conhecimento técnico, essas produções ainda são passíveis de serem taxadas como ilegítimas, mas encontrar maneiras, por uma lado, de transmitir o conhecimento técnico e especializado, e por outro lado, de estimular a interação entre os diversos atores envolvidos na produção participativa, integrando os saberes locais, pragmáticos, advindos da vivência, do cotidiano ao conhecimento técnico-científico. Para isso, é de fundamental importância o desenvolvimento de sistemas mais dinâmicos e interativos que possibilitem a coleta de dados e o fluxo de informações entre os dois grupos, de modo a possibilitar uma produção legítima sobre o espaço.

É importante ressaltar também que, considerando o universo estudado, uma vez compreendido que as diferenças existem, é possível que esses campos e seus atores se encontrem, mediante a atuação do Estado, na qualidade de “mão invisível” de Evans (2004), que conduz e elabora os editais de fomento a pesquisa, conforme as necessidades do mercado, atuando de forma a priorizar esta ou aquela política, o que possibilitaria a realização de mais pesquisas relacionadas ao desenvolvimento dessa localidade, mediante o contato entre os

Volume 4, número 1, jan./jun. 2015

pesquisadores e o mercado, de modo a “casar” a área de atuação, demanda do mercado e o campo de estudo.

Caso a mediação seja prejudicada pela “burocracia” ou “engessamento” das instituições públicas, sejam os órgãos de fomento, sejam as prefeituras ou o governo do Estado. A busca por parcerias diretas, com as indústrias e empresas do município, com órgãos como a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL ou a Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe – ASCAP, que podem disponibilizar infraestrutura física e apoio financeiro para a realização dos projetos, também pode ser vista como uma solução.

Uma vez fortalecida a relação entre universidade e empresa, proporcionados principalmente pelos avanços na tecnologia da informação e comunicação, com equipamentos de alta precisão e maior capacidade de processamento de dados que proporcionaram um maior acesso as ferramentas, por cada vez mais pessoas, em menos tempo e a custos menos onerosos, é possível alcançar resultados sobre o real, ou reais interesses dessas comunidades. Interesses estes que não se restringem à qualificação da mão de obra, ao desenvolvimento do mercado de trabalho, à efetivação da região como campo de pesquisa ou ao fortalecimento e melhoria da cadeia produtiva - aspectos essencialmente economicistas, mas abrangem também o crescimento ordenado e sustentável dos municípios, o aumento da qualidade de vida, melhorias em áreas como saúde, educação e lazer.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H; COLI, L. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e territórios**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2008. p.13-43.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **PMC do APL de Confecções Revitalizado**. Recife, 2009. Disponível em:< > Acesso em: 05 set. 2013.

BEZERRA, B. Caminhos do Desenvolvimento: Uma história de sucesso e empreendedorismo em Santa Cruz do Capibaribe. 1 ed. São Paulo: EI-EdiçõesInteligentes, 2004.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (orgs.). 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

CORDEIRO, M. F. **Desafios da educação para o desenvolvimento socioeconômico: experiência Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

ETZKOWITZ, H. **Hélice Tríplice: universidade – indústria - governo: inovação em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

FREIRE, N.; FERNANDES, A. Mapas Como Expressão De Poder E Legitimação Sobre O Território: Uma Breve Evolução Histórica Da Cartografia Como Objeto De Interesse De Distintos Grupos Sociais. **Portal da Cartografia**. Londrina, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia/article/view/7536/6625>>. Acesso: 17 janeiro 2014.

GARCIA, R; ARAÚJO, V. C.; MASCARINI, S.; SANTOS, E. G. Os efeitos da proximidade geográfica para o estímulo da interação universidade-empresa. **XXXIX Encontro Nacional de Economia – ANPEC – 2011**. Disponível em: < <http://anpec.org.br/encontro/2011/inscricao/arquivos/000-c28dc52d2c51e6e1088bbe5e7f1ec173.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2014.

JOLIVEAU, T. O lugar do mapa nas abordagens participativas. In ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 2008. p. 45-69.

LÉVY, J. Uma virada cartográfica. In ACSELRAD, H. (Org.) **Cartografias Sociais e Território**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IPPUR, 2008. p. 153-167.

PRADO, M. M. N. P. A teoria de campo e o patrimônio cultural. **Rev. Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v.4, n.1, 2011. Disponível em: < <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus> > Acesso em: 17 jan. 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Estudo Econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano, 2012**. SEBRAE: 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/uf/pernambuco/downloads/estudos->

REVISTA DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS

ISSN: 2317-0115

RMP

epesquisas/copy2_of_aprenda/estudoeconomico do-apl-de-confeccoos-do-agreste.pdf.>
Acesso em: 01 set. 2013.